EDUCAÇÃO

MAIS ALUNOS POR TURMA MENOS QUALIDADE

Dos cinquenta mil professores contratados que se apresentaram a concurso este ano, mais de metade poderá ir directamente para o desemprego.

Os cortes do governo nas escolas passam por mudanças na elaboração dos horários, que concentram mais trabalho em menos professores. Estes cortes diminuem a qualidade da educação pública. Por exemplo, o aumento de dois alunos por turma na escola primária torna mais difícil o objectivo do reforço da aprendizagem da Língua Portuguesa e da Matemática.
Enquanto promove a degradação da qualidade na escola pública, o governo aposta no apoio às escolas privadas, tendo mesmo revogado uma norma do memorando da troika que obrigava a cortar no número de estabelecimentos de ensino privados subsidiados com o dinheiro dos contribuintes.
O Bloco de Esquerda entende que é preciso travar este retrocesso. Um país só se desenvolve se proporcionar o acesso à melhor educação para todos, ricos e pobres: é esse o sentido da Escola Pública que o governo agora ataca.

REFERENDO

A ÁGUA É DE TODOS!

**O governo quer vender a empresa pública Águas de Portugal e com isso entregar aos privados a gestão de um recurso natural limitado e de um bem vital.
É um negócio fabuloso mas que deu mau resultado nos países onde foi feito. Ainda este Verão, os italianos decidiram em referendo fazer marcha atrás nas privatizações já efectuadas.**

Com a privatização, a água fica mais cara para os consumidores e há desinvestimento na sua qualidade, conservação e transporte. Ou seja, em nome da racionalização de custos e da lógica empresarial da obtenção de lucros e mais-valias, põe-se em risco a saúde dos cidadãos, que passam a pagar mais por um serviço pior.
O Bloco defende que esta privatização, que vai para além do que a troika propôs, não pode ser feita sem que os portugueses tenham uma palavra a dizer. Nesse sentido, é necessário um referendo que pergunte aos eleitores se estão ou não de acordo com a privatização total ou parcial das Águas de Portugal.

OUTUBRO É MÊS DE LUTAS

Só há uma forma de evitar que a austeridade continue a arrastar o país para a ruína: organizar a resistência e o protesto popular para exigir que os sacrifícios passem a ser feitos pelos que vivem dos rendimentos de capital.

Na agenda das lutas há duas datas muito importantes:
> 1 de Outubro. A CGTP organiza manifestações em Lisboa e Porto, em defesa dos salários e dos serviços públicos ameaçados pelos cortes e privatizações.
> 15 de Outubro. Lisboa junta-se às outras capitais europeias que sairão à rua numa manifestação internacional para defender mais democracia, mais transparência e menos precariedade.

O Bloco de Esquerda apoia e participa nestas duas iniciativas.

COMÍCIO | 21h30
PORTO
30 SETEMBRO
Auditório Faculdade de Psicologia
Com Francisco Louçã

BLOCO

SETEMBRO 2011 :: DISTRIBUIÇÃO GRATUITA www.esquerda.net

AS NOSSAS VIDAS VALEM MAIS QUE AS FORTUNAS DELES

**Américo Amorim, o homem mais rico de Portugal, com uma fortuna avaliada em 2600 milhões de euros, afirmou que não se considerava rico, mas sim"trabalhador".
O Bloco de Esquerda considerou as palavras de Amorim insultuosas para com o povo português.
O Bloco lembrou que Amorim não foi sequer chamado pelo Governo a pagar pelo seu capital o mesmo imposto extraordinário que atinge o subsídio de Natal de todos os portugueses.**

OUTUBRO
DIA 1
LISBOA E PORTO
DIA 15
LISBOA
MÊS DE LUTAS

PRIVATIZAÇÕES

**O Governo prepara-se para vender a preço de saldo o controlo público da propriedade de bens essenciais.
O resultado será o mesmo dos países onde a receita foi aplicada: os serviços ficam mais caros,
a qualidade diminui.**

Para lá do corte de metade do 13º mês e do congelamento salarial dos próximos dois anos, o governo comprometeu-se a aplicar outras medidas que atacam directamente o salário, como os brutais aumentos no preço dos transportes públicos e das taxas moderadoras.
O Governo PSD/CDS antecipou além disso algumas das medidas que mais penalizam os mais pobres, como foi o caso do aumento do IVA para o gás e electricidade, que a troika previa só para o ano que vem.
Nas próximas semanas serão aplicadas mais medidas para aprofundar a recessão em que a economia mergulhou, como o aumento do IVA. Na prática, muitos produtos que até aqui pagavam 6% ou 12% passam para a taxa máxima de 23% de um imposto sobre o consumo que não distingue entre ricos e pobres. Outros aumentos de impostos previstos para Setembro são os que incidem sobre veículos e tabaco, mas também o imposto sobre imóveis será revisto, acompanhado pelo acelerar dos despejos de inquilinos que já não conseguem pagar a renda de casa.

ROUBAM-TE O PASSE!

NÃO AOS AUMENTOS
NÃO À PRIVATIZAÇÃO
SIM AO TRANSPORTE PÚBLICO

COMO O GOVERNO DA TROIKA VAI AFUNDAR O PAÍS

A primeira medida do governo de Passos Coelho e Paulo Portas foi escondida na campanha eleitoral: o corte de metade do subsídio de Natal aos trabalhadores, sempre os únicos que pagam a factura da crise.

Para lá do corte de metade do 13º mês e do congelamento salarial dos próximos dois anos, o governo comprometeu-se a aplicar outras medidas que atacam directamente o salário, como os brutais aumentos no preço dos transportes públicos e das taxas moderadoras.
O Governo PSD/CDS antecipou além disso algumas das medidas que penalizam os mais pobres, como foi o caso do aumento do IVA para o gás e electricidade, que a troika previa só para o ano que vem.
Nas próximas semanas serão aplicadas mais medidas para aprofundar a recessão em que a economia mergulhou, como o aumento do IVA.
Na prática, muitos produtos que até aqui pagavam 6% ou 12% passam para a taxa máxima de 23% de um imposto sobre o consumo que não distingue entre ricos e pobres. Outros aumentos de impostos previstos para Setembro são os que incidem sobre veículos e tabaco, mas também o imposto sobre imóveis será revisto, acompanhado pelo acelerar dos despejos de inquilinos que já não conseguem pagar a renda de casa.

LEMBRA-SE DELES NA CAMPANHA?

«A ideia de que o PSD vai aumentar o IVA não tem fundamento»

«Acabar com o 13.º mês? Nós nunca falámos disso e é um disparate»

«Um Governo mais forte imporá menos sacrifícios aos contribuintes e aos cidadãos»

«Ninguém nos verá impor sacrifícios aos que mais precisam. Os que têm mais terão que ajudar os que têm menos»

«O aumento de impostos previsto pelo governo Sócrates no documento que assinámos com a UE e o FMI é mais do que suficiente»

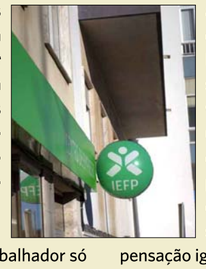
«Se formos Governo, posso garantir que não será necessário despedir pessoas nem cortar mais salários para sanear o sistema português»

«Tem de se dizer basta: a austeridade não pode incidir sempre no aumento de impostos e no corte de rendimento»

Pedro Passos Coelho
antes das eleições de 5 de Junho

TRABALHO

DESPEDIR É FÁCIL E BARATO



Uma das primeiras exigências da troika que o Governo quer cumprir com gosto é a das alterações às leis do trabalho para reduzir o montante das indemnizações por despedimento.

Com a nova lei, um trabalhador só tem direito a 20 dias de salário base por ano de contrato, em vez dos 30 que a lei até agora lhe garantia. E para os contratados a prazo, a penalização vem a dobrar: em vez dos 3 dias de salário por cada mês de trabalho, o patrão passa a pagar 1,67 dias. E o cálculo do custo do trabalho por hora também diminui: passa a ser dividido por 30 dias em vez dos actuais 22. **Façamos as contas**: quem trabalhou 20 anos numa empresa a ganhar o salário médio tinha direito a 14.000 euros de indemnização. Agora leva 8.400 euros, ou seja, perde 40% do valor. Outro exemplo: um contratado a prazo que ganhe mil euros por mês e que seja despedido ao fim de seis meses vê a compensação igualmente reduzida em 40%: passa dos actuais 830 euros para 330 euros.
O governo acabou ainda com a obrigatoriedade da indemnização mínima de 3 meses de salário, prejudicando quem ganha menos.
Ao mesmo tempo aumentou o tecto máximo da compensação, para favorecer os gestores milionários. Se o acordo com a troika previa um tecto de 20 salários mínimos, Passos Coelho aumentou esse limite para 240 salários mínimos, ou seja, 116 mil euros...

SAÚDE

CORTES SÃO A PIOR RECEITA

O resultado da política de cortes no serviço público de saúde está à vista na Grécia: os hospitais já têm dificuldades para arranjar os materiais necessários e as pessoas não conseguem pagar as taxas cobradas para consultas e tratamentos.

Em Portugal, o governo segue o mesmo rumo: aumento brutal das taxas de acesso e cortes de mais de 10% na despesa no sector. O ministro da Saúde já disse que não se podem continuar a fazer tantos transplantes em Portugal, porque custam dinheiro. Nas contas do governo, de pouco valem as centenas de pessoas que todos os anos esperam por um fígado, um pulmão, um coração ou um pâncreas que lhes salve a vida. São elas as sacrificadas pela decisão do PSD/CDS de cortar a despesa para a transplantação de órgãos em 2012.

TAXAR AS GRANDES FORTUNAS

O imposto sobre as grandes fortunas regressa à actualidade política na Europa e nos Estados Unidos. Mas é difícil encontrar alguém na lista dos 25 mais ricos de Portugal que esteja disposto a abrir mão de uma migalha da fortuna acumulada para ajudar o seu país.

O pior exemplo é dado pelo nº 1 da lista, Américo Amorim. Ele diz que não quer pagar um imposto sobre as grandes fortunas porque não se considera rico. Isto apesar da sua fortuna ter aumentado 18% este ano e estar avaliada em cerca de 2,6 mil milhões de euros.
Se depender dos milionários portugueses e do Governo, nos próximos anos vamos ter mais austeridade, mais desigualdade e fortunas ainda maiores para os que já têm tudo.
Um imposto de solidariedade sobre as grandes fortunas não pode estar associado apenas ao rendimento que o milionário declara. Tem de incidir sobre o todo o património acumulado que compõe essa fortuna. Ou seja, vai permitir que a máquina fiscal consiga de uma vez por todas ter uma relação de transparência com o contribuinte, através do registo de propriedade completo e verificável, que hoje não existe.

MADEIRA

AUDITORIA JÁ!

O regabofe financeiro da governação de Alberto João Jardim levou a Região à bancarrota.

O dinheiro escorre para a rede clientelar que vive à sombra do poder político, numa situação de promiscuidade sem paralelo no país: a Madeira é a única Região onde os deputados podem ter negócios com o Estado e assim aprovarem leis em benefício próprio.
A maioria PSD sempre se recusou a aprovar um regime de incompatibilidades nos cargos públicos, como o Bloco propôs no parlamento madeirense.
Tirar a maioria absoluta a Alberto João Jardim é o primeiro passo para uma mudança democrática na Região.
Nas eleições regionais de Outubro, a candidatura do Bloco de Esquerda volta a mostrar que é uma oposição sem medo e que não se cala perante os atropelos à democracia do regime jardinista.

O BLOCO PROPÕE

IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS 01

Taxar os proprietários de património acima de 2 milhões de euros, mesmo que residam fora do país. A taxa é de 1,5% para fortunas acima de 2 milhões, aumentando para 2% acima da barreira dos 3 milhões e para 2,5% para fortuna acima dos 4 milhões.

AUDITORIA À DÍVIDA 02

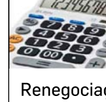
Não há democracia sem transparência. Para separar o que é dívida pública e dívida privada e saber o que se devemos, a quem se deve e o que foi feito com o dinheiro emprestado.

TAXAR RENDIMENTOS DE CAPITAL 03

Taxa especial sobre todos os rendimentos de capital em 2011 no mesmo valor que é exigido aos trabalhadores com o corte de metade do subsídio de natal.

TAXAR GANHOS BOLSISTAS 04

Aplicar o imposto sobre os ganhos bolsistas, à semelhança do que acontece hoje com os rendimentos do trabalho.



RENEGOCIAR A DÍVIDA 05

Renegociação da dívida para obter prazos e juros não especulativos. Com as condições que nos são hoje impostas, a dívida é impagável.